



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 14 a 20 de setembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Comissão aprova criação de cargos em Tribunais

A CTASP aprovou, no dia 09 de setembro, 18 Projetos de Lei que dispõem sobre a criação de Varas do Trabalho, cargos de provimento efetivo, cargos de Juiz do Trabalho e funções comissionadas de diversos níveis para atuar nos novos Gabinetes, Turmas, Seções e em áreas administrativas nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 1ª – Rio de Janeiro/RJ, 2ª – São Paulo/SP, 6ª – Recife/PE, 7ª – Fortaleza/CE, 9ª – Curitiba/PR, 10ª – Brasília/DF, 12ª – Florianópolis/SC, 15ª – Campinas/SP, 16ª – São Luís/MA, 18ª – Goiânia/GO e 22ª – Teresina/PI.

De acordo com os parlamentares, a criação de cargos e de Varas do Trabalho faz-se necessária para que as atividades dos TRFs e TRTs sejam executadas com mais eficiência, considerando que há grande defasagem no quadro de pessoal dos Tribunais, ao mesmo tempo em que o número de processos continua em constante crescimento.

“A criação de novas vagas trará importantes ganhos

para a população local, principalmente no que concerne ao acesso à justiça trabalhista, à qualidade na prestação dos serviços e à celeridade no julgamento dos processos”, justificou o presidente da Comissão, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB)

Também foram aprovados os PLs 1.179/15 e 1.184/15 que dispõem sobre a criação de cargos no Superior Tribunal de Justiça e no Superior Tribunal Militar, respectivamente.

Todos os Projetos citados acima constavam no Anexo V do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), já havendo, portanto, previsão orçamentária. Isso facilitou a aprovação pela Comissão, já que eles vinham sendo constantemente retirados de pauta por questões de orçamento.

Na mesma reunião, a Comissão aprovou, ainda, os PLs 1.430/15 e 1.700/15, que tramitam em caráter conclusivo. Opinou pela rejeição dos PL 3.483/12 e 6.005/13, apensado, e pela aprovação do PL 6.902/13.

Câmara aprova mudanças na profissão de cinegrafista

Agência Câmara Notícias

A CCJ aprovou, no dia 08, mudanças na regulamentação da profissão de cinegrafista. O texto aprovado é o substitutivo da CTASP ao PL 3242/12, de autoria do deputado Laercio Oliveira (SD-SE).

O projeto propunha a regulamentação da profissão sob o argumento de que haveria “lacunas” quanto à normatização do exercício dessa atividade. No entanto, a Comissão de Trabalho apontou que já há leis que disciplinam as profissões de jornalista (Decreto-lei 972/69) e radialista (Lei 6.615/78), onde aparecem com as denominações de repórter cinematográfico e operador de câmera de unidade portátil externa.

O substitutivo altera essas duas leis apenas para reforçar o caráter profissional do cinegrafista, diferen-

ciando-o daqueles que fazem filmagens de forma amadora e acabam registrando flagrantes do interesse de emissoras.

O relator da proposta na CCJ, deputado Covatti Filho (PP-RS), acatou sugestão dos deputados para deixar claro que não será necessário diploma de qualquer natureza para exercer a profissão. Ele mudou seu parecer para considerar essa parte do projeto original inconstitucional.

No substitutivo, as exigências de diploma de curso profissionalizante específico já haviam sido retiradas, assim como a referência a “câmeras de vídeo destinadas à captura cinematográfica de imagens”, uma vez que as tecnologias podem mudar.

A proposta está aprovada pela Câmara e deve ser votada em seguida pelo Senado.

CTASP debate condições de trabalho

Audiência Pública para discutir as condições de trabalho do comércio e serviços foi realizada no último dia 8, a requerimento das Deputadas Erika Kokay (PT/DF) e Flávia Morais (PDT/GO).

Kokay abriu o debate informando o interesse da Comissão em fazer uma discussão mais ampla sobre as condições de trabalho e os níveis de assédio moral. "Entendemos que o fato da pessoa viver de comissão cria um processo de pressão sobre os trabalhadores", afirmou.

O Auditor Fiscal do MTE, senhor Antônio Braga, criticou as jornadas extensas e a desobediência ao descanso remunerado, que, segundo dados do Ministério, compõe 21% das infrações no setor. Afirmou que a jornada extensa é questão de ordem pública, afinal causa maior número de acidentes de trabalho, além de doenças ocupacionais.

A deputada Flávia Morais encerrou a audiência colocando-se à disposição para futuros debates com trabalhadores do setor. "Empresários também precisam ter os seus trabalhadores acordados e motivados. É muito importante que nós possamos, nesta Comissão, intermediar essa relação de forma positiva", concluiu.

PL trata de Corretores de Seguros

Foi aprovado na Comissão de Trabalho o Projeto de Lei nº 1700/2015, de autoria do Deputado Lucas Vergilio (SD/GO), que trata da identidade profissional de Corretores de Seguros. O PL dá nova redação aos artigos 7º e 10 da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, além de revogar o parágrafo único do art. 10 e os artigos 11, 28 e 30.

O principal objetivo da proposição é a responsabilização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pela emissão da identidade profissional de corretores pessoas físicas e da autorização para funcionamento de corretoras pessoas jurídicas, na forma de um cartão inteligente. De acordo com o autor, o cartão inteligente agregaria valor ao trabalho dos corretores, agilizando a gestão de processos.

Segundo o relator, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), "o Projeto pretende apenas dar mais segurança jurídica à categoria, fixando a obrigatoriedade da emissão da identificação profissional e sinalizando com a elaboração de convênio para a confecção e distribuição dos cartões inteligentes".

Perfil do Parlamentar

Deputada Flávia Morais



Agência Câmara

Flávia Morais foi Secretária Municipal de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Santa Bárbara de Goiás e na Prefeitura Municipal de Trindade-GO. Foi deputada estadual por dois mandatos.

Em 2007, foi Secretária Estadual de Cidadania e Trabalho do Governo de Goiás, sempre lutando pelos direitos das mulheres, dos idosos, das crianças e da população carente. Criou programas importantes como o passaporte do Idoso.

Em 2014, foi eleita pela segunda vez deputada federal, com 159.122 votos. Tem forte atuação no Parlamento. Foi relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas, membro das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; do Esporte e relatora da Subcomissão Especial das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. É coordenadora adjunta da Secretaria da Mulher.

Com forte articulação nas Frentes Parlamentares, a deputada participa ativamente de diversos grupos de debates, dando prioridades a temas como: saúde e educação. Preside a Frente Parlamentar Envelhecimento Ativo e a Frente Parlamentar da Emancipação dos Municípios e é vice-presidente da Frente Parlamentar do Tratamento do Câncer.

Uma de suas grandes conquistas foi a aprovação da Lei nº 12.732/12, "Lei dos 60 dias do Câncer", que assegura aos pacientes com câncer o início do tratamento em no máximo 60 dias após o diagnóstico da doença, no Sistema Único de Saúde (SUS).

Agenda

15/09

Audiência Pública: Debater o PL Nº 3.765/2008 que altera a Lei n.º 5.811, de 11 de outubro de 1972

Horário: 14h30 **Local:** A definir

22/09

Audiência pública: Debater a indenização de Fronteira para os Auditores Fiscais do Trabalho e outras carreiras

Horário: 14h30 **Local:** A definir

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>